



UBERIZAÇÃO, REIFICAÇÃO DA POBREZA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Juliana Carvalho Miranda Teixeira¹

Danielle de Queiroz Soares²

Alexis Saludjian³

Mireille Razafindrakoto⁴

François Roubaud⁵

Resumo

Discussão dos sentidos da reificação enquanto atualização do webero-marxismo do século XX das análises do jovem Lukács (1923), a partir da situação concreta brasileira de crise econômica, política e social, que se expressam tanto no nível da base técnica e econômica, quanto da superestrutura. Admite-se a existência das distintas formas de existência do proletariado brasileiro submetido tanto ao mercado informal de trabalho, que se reconfigura na conjuntura de crise que marca os anos 2000, quanto às formas mediadas pelas tecnologias operadas pelas grandes empresas de plataformas digitais do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista metodológico, admite-se que essas estruturas digitais, sob o nome de plataformas supostamente neutras, são constituídas para atender interesses particulares de frações capitalistas combinadas: ao mesmo tempo que acentuam a precarização das relações de trabalho, aceleram o processo de informatização das atividades de trabalho no contexto da valorização do capital. Metodologicamente, as discussões se apoiam na revisão de literatura para o trato dos problemas delimitados, além do uso de dados secundários de bases nacionais e internacionais e de dados primários produzidos a partir da técnica de questionário fechado. Parte das reflexões e dados aqui expostos foi obtida a partir de pesquisas tanto sobre o fenômeno da consciência de classe em sua dimensão teórica e prática quanto sobre inovações tecnológicas e relações de trabalho desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre a Reestruturação produtiva, a Mundialização do capital, os movimentos sociais e o Estado contemporâneo (GERME).

Palavras-chave: Reificação; capitalismo de plataforma; pobreza; proletariado; Brasil.

UBERIZATION, REIFICATION OF POVERTY AND PROLETARIAN CLASS CONSCIOUSNESS IN CONTEMPORARY BRAZIL

Abstract

Discussion of the meanings of reification as an update of 20th century webero-marxism of the analyses of the young Lukács (1923), based on the concrete Brazilian situation of economic, political and social crisis, which are expressed both at the level of the technical and economic base, as well as the superstructure. We accept the existence of different forms of existence of the Brazilian proletariat, subject to both the informal labor market, which has been reconfigured in the crisis of the 2000s, and the forms mediated by the technologies operated by the large digital platform companies of contemporary capitalism. From a methodological point of view, it is accepted that these digital structures under the name of platforms, supposedly neutral, are constituted to serve the particular interests of combined capitalist fractions, while accentuating the precariousness of labour relations, accelerating the process of computerization of work activities in the context of the valorization of capital. Methodologically, the discussions are based on a review of the literature to deal with the problems outlined; on the other hand, the use of secondary data from national and international databases, and primary data produced using the closed questionnaire technique. Part of the reflections and data presented here were obtained from research into the phenomenon of class consciousness in its theoretical dimension, as well as practical research into technological innovations and labour relations developed by the Study Group on Productive Restructuring, the Globalization of Capital, Social Movements and the Contemporary State (GERME).

Keywords: Reification; platform capitalism; poverty; proletariat; Brazil.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.49>

¹ Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas. E-mail: juliana.cmt@ufma.br.

² Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas. E-mail: danielle.queiroz@ufma.br.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Economia. E-mail: saludjian@ie.ufrj.br.

⁴ Institut de recherche pour le développement; Doutora em Economia. E-mail: mireille.razafindrakoto@ird.fr.

⁵ Institut de recherche pour le développement; Doutor em Economia. E-mail: francois.roubaud@ird.fr.

1 INTRODUÇÃO

Desde a crise de 2008, é possível observar um novo processo de reestruturação produtiva em curso (TONELO, 2020), que popularizou um conjunto de modificações nas relações sociais entre os homens, nas relações humano-ambientais, nas institucionais capitalistas e nas de trabalho — essas, cada vez mais marcadas pelos efeitos das inovações tecnológicas. A pandemia da covid-19 acelerou essas transformações, multiplicando novas possibilidades de arranjos nas relações de trabalho, o que por sua vez interferiu na organização do proletariado.

O debate em torno da emergência de um “capitalismo de plataforma”¹ (SRNICEK, 2018; SLEE, 2017) — associado a questões estruturais do mercado de trabalho, como a informalidade, o desemprego e da acentuação do processo de precarização das condições de trabalho (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020) — levanta inúmeras questões relevantes. Dentre as inúmeras novas funcionalidades digitais que burocratizam a vida do ponto de vista da racionalidade sistêmica, a exemplo da inteligência artificial da era da “sociedade 5.0”² e de todo o avanço tecnológico idealmente concebido para melhorar a experiência humana e mitigar os efeitos da questão social e ambiental, a realidade contraria tamanha evolução: 1,3 bilhão de proletários vivem em situações que exprimem as diversas dimensões da pobreza. No caso do Brasil, vale destacar que passou por grandes convulsões econômicas e políticas nas últimas décadas. A partir de uma rápida revisão da trajetória brasileira, pode-se notar que o país enfrentou seis períodos de crise, ou seja, 14 anos de recessão em 40 anos e três “décadas perdidas” (décadas de 1980, 1990 e 2010).

Longe de procurar explicar as suas origens, examina-se as formas que as crises assumem, juntamente com possíveis denominadores comuns, num campo bem definido: o mercado de trabalho. Note-se que essa instituição é a principal correia de transmissão entre as dinâmicas macroeconômicas e microeconômicas. Mais especificamente, coloca-se a questão do papel da economia informal, tanto nas transformações no trabalho a longo prazo como como variável de ajustamento durante as crises. O aumento da economia informal, constituída por trabalhadores não registrados e por conta própria (ou seja, sem qualquer forma de proteção social), tem sido sinônimo de deterioração das condições de trabalho.

A concepção de uma abordagem multidimensional da pobreza, realidade de uma fração expressiva do proletariado, inclusive os submersos na informalidade institucionalizada³, exprime a complexidade de um fenômeno social constantemente reificado inclusive na forma de índices e de outros indicadores numéricos, apesar da pertinência da lógica formal. A métrica internacional atualmente válida admite um “novo índice multidimensional de pobreza” (*global multidimensional poverty index*), cujos marcadores passam a ser a saúde (374 milhões são privados simultaneamente de

nutrição e combustível para cozinhar), a educação (anos de escolaridade e frequência escolar) e a qualidade de vida (437 milhões não têm acesso a água potável, saneamento), além do acesso a habitação, bens e eletricidade⁴.

No nível teórico, baseia-se na revisão de literatura em que foram selecionados produções acadêmicas que discutem teses dualistas, estruturalistas ou liberais sobre a dinâmica da economia informal⁵; por outro lado, das contribuições marxistas em torno da categoria “reificação” para a compreensão e explicação do fenômeno inerente ao capitalismo — a produção e reprodução da pobreza em sua especificidade contemporânea que se digitaliza e se aliena da vida real. Ainda, dos estudos contemporâneos no domínio da sociologia e da economia em torno do “capitalismo de plataforma” e na especificidade do trabalho mediado pelas plataformas digitais, em que pese a realidade complexa da informalidade. Sumariamente, a ideia é apresentar como o discurso reificado sobre o empreendedor de si mesmo — e as apregoadas vantagens da liberdade e da flexibilidade — mascara o flagelo do subemprego e do desemprego, a precarização do trabalho e o esfacelamento dos direitos dos trabalhadores no sentido da proletarização sistêmica e expressiva da luta de classes.

Empiricamente, a abordagem baseia-se num importante trabalho para um período mais recente (2000–2020), de processamento de observações provenientes de microdados de inquéritos ou registros administrativos de natureza secundária⁶. Adotou uma abordagem quantitativa por meio da qual se reuniu informações originais extraídas de registros ou inquéritos estatísticos para uma análise da dinâmica socioeconômica durante um longo período⁷.

Por fim, expõe, para fins de análise singular, a pesquisa do GERME⁸, por meio da qual se verificou quem são e como pensam, se organizam e atuam, em sua luta cotidiana, os entregadores que operam mediados por *apps* concentrados na ilha de São Luís. Esse tipo de trabalho, que já estava em crescimento desde 2015, explodiu durante a pandemia da covid-19, se tornando uma ocupação comum no Brasil. Em São Luís, o GERME entrevistou, pessoalmente, 139 entregadores mediados por *apps*, entre outubro de 2021 e janeiro de 2023.

2 A REIFICAÇÃO DO TRABALHO NA ERA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DIGITAIS

A crítica do sistema capitalista sob a lógica da fetichização operada por Marx⁹ passou pelo desvelamento do “caráter fetichista da mercadoria”, o objeto útil que resulta do trabalho do homem, cujo valor é ocultado por uma naturalização da relação entre as formas materiais como valores de uso e de troca. Com efeito, os produtos fabricados pelos homens, quando colocados em circulação no mercado como objetos úteis, têm “o aspecto de serem independentes, dotados de corpos particulares, em comunicação com os homens e entre eles”¹⁰. Trata-se de um fenômeno inerente ao ser social, tal

qual a mercadoria, assim como um fenômeno de consciência social, ou seja, que “a essa relação abstrata com as forças naturais, corresponde uma relação também abstrata do homem com o homem”¹¹.

Em razão do duplo caráter do trabalho desvendado por Marx¹², a sociabilidade do trabalho abstrato realizado na produção de uma mercadoria é afirmada enquanto meio de acesso para outras mercadorias, na qualidade de objetos úteis. As relações sociais entre os que produzem e personificam as mercadorias se escondem, portanto, atrás das coisas; eis uma segunda dimensão do fetichismo tratado pela crítica da economia política. Assim, e a partir das análises de Marx (*O Capital*), temos que o duplo caráter do trabalho se encontra na raiz dos fenômenos do fetichismo e da alienação próprios à produção mercantil simples ou desenvolvida (os dois primeiros livros de *O Capital*), historicamente incrementada com os progressos técnicos e tecnológicos.

Sob outro aspecto, nas relações entre o homem e a natureza no sentido da produção capitalista, existe da mesma forma uma totalização abstrata; ela revela sempre, de antemão, que uma “relação abstrata com as forças naturais” em detrimento da dimensão ecológica com um grau expressivo de “destruição radical de suas condições de existência naturais” concorre para um tipo de relação abstrata também entre os homens, em que se permanece centrado num tipo de práxis reificada limitada à mutação superficial da matéria social. Aliás, esse gênero de operação intelectual faz “um ser indeterminado” aparecer como “um produto mental: uma abstração de todas as determinações em que somente a totalidade faz do ser o que ele é”⁸.

No caso concreto, no quadro conjuntural da “sociedade 5.0” que se pretende digital, se expande um padrão de sociedade supostamente “centrada no ser humano que equilibra o avanço econômico com a resolução de problemas sociais por um sistema que integra altamente o ciberespaço e o espaço físico”⁶. Da sociedade da informação para a sociedade digital, “a sociedade 5.0 trouxe consigo uma mudança social dramática”⁷: a mediação do homem com parte do conhecimento produzido e das soluções práticas disponíveis no ambiente não-físico, passa a se dar por meio de um mecanismo de inteligência artificial, cuja fonte é o próprio homem nos grandes espaços digitais¹³.

Paralelamente, o capitalismo organizado das plataformas parece de fato incitar ao extremo os fenômenos de alienação e de reificação também analisados por Marx, a exemplo dos outros regimes de acumulação capitalista. Porém, é verdade que “a reificação das relações de produção e como elas se tornam autônomas em relação aos agentes da produção”¹⁵ permanecem presentes na era do capitalismo contemporâneo das *big techs*. No contexto em que “a primazia atribuída ao mercado livre e eterno implica na mais extrema das reificações, a mercantilização do mundo”¹⁶, existe um processo que permite a agudização da opressão do proletariado em suas várias formas combinadas, para a maximização dos lucros, pretendo sinal de crescimento.

No caso brasileiro recente, após o golpe jurídico-midiático e parlamentar, a reforma do código de trabalho de 2017 (sob a presidência de Michel Temer) foi a mais expressiva desde a promulgação CLT de 1943 em termos do alcance das mudanças propostas, e pode ser considerada como seu contraponto¹⁷. Segue orientações neoliberais no intuito de reduzir o “custo Brasil”, para tornar mais competitivo o mercado brasileiro. Amplia a possibilidade de passagem para a condição de MEI a praticamente todas as atividades (a lista era anteriormente limitada), desobriga os empregadores de suas contribuições e reduz os direitos dos empregados (seguro-desemprego, verbas rescisórias)¹⁸. Além disso, inclui a maior parte dos elementos-chaves da relação de trabalho: autorização de formas atípicas de contrato e facilidade de demissão; horários de trabalho flexíveis; remuneração variável; novas condições de trabalho, nomeadamente de saúde e segurança dos trabalhadores; também promove alterações e transformações institucionais, tais como a inversão da hierarquia das normas, a limitação do acesso à justiça do trabalho e a redução do sistema de controle da fraude; além do fim da contribuição obrigatória aos sindicatos.

Essa reforma foi realizada sob débil legitimidade política (após o golpe de Estado jurídico-parlamentar e midiático), mas com forte apoio das organizações patronais (e dos partidos “fisiológicos” do Centrão)¹⁹. No alvo dessa reforma, a subcontratação é o tipo padrão de contrato de trabalho²⁰, ao que se convencionará tratar como expressão do processo de “pejotização”²¹. A existência formal da figura do microempreendedor individual (MEI) desde 2008 facilita ainda mais a substituição do contrato do proletariado ativo empregado com direitos previstos na CLT, por um “microempreendedor individual” ou “autônomo” sem acesso aos direitos previstos pela “carteira assinada” (CLT, 1943; Krein, 2018). Jair Bolsonaro seguiu o arcabouço legal previsto pela reforma de 2017, que apoiou como parlamentar à época. Durante a campanha eleitoral presidencial e uma vez presidente a partir de 2019, Jair Bolsonaro apresentou a sua visão do mercado de trabalho: “mais emprego e menos direitos”²².

Na lógica mercantil sistêmica, apesar da ausência da proteção e do diálogo sociais e da baixa produtividade que qualificam em geral os empregos informais, é fato que esses últimos desempenham, em teoria, um papel específico em tempos de crise: refúgio em última instância para uma fração do proletariado estagnante ou mesmo flutuante, e como almofada anticíclica, mas pertinente, para a economia — um processo de “crise canônica”, necessário para rebaixar os custos do proletariado em sua diversidade e complexidade.

Trata-se de impor verticalmente de cima para baixo, uma dimensão da ideologia dominante do “empreenda você também” para a superação individual da situação de desemprego comum nas experiências democráticas liberais. Essa situação se perpetua e configura um estágio supremo de opressão, na qual a solução se reduz a buscar por alternativas no interior do *status quo*, ou seja, da

nova racionalidade de adaptação dos proletários ao ritmo de uma concorrência mercantil, dos espaços de trabalho ao das relações sociais fora dele.

Com efeito, dado o avanço das tecnologias para além do domínio industrial, também para as relações cotidianas do “tempo livre” do trabalho, o fetichismo das coisas e das relações sociais são de “uma atualidade a ser construída e reconstruída, e isto a partir de seu passado mais fecundo e ativo e nas suas possibilidades teóricas e políticas até hoje”²³.

A propósito da percepção contemporânea do fenômeno da reificação, desenvolvida segundo a perspectiva da alienação, “se se segue o caminho que a evolução do processo do trabalho percorreu desde o artesanato, [...] até o maquinismo industrial, vê-se uma racionalização sem cessar, crescente, uma eliminação sempre maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador”²⁴. Ainda, trata-se de compreender o movimento de mercantilização do mundo sob a ótica das coisas e de seu movimento sobre o espaço social; objetivamente, um mundo de coisas acabadas, as mercadorias, em que as relações que surgem entre elas se expandem²⁵. Disso decorre ainda a mutabilidade de um capitalismo que intensifica o movimento de naturalização eterna da *coisificação* das relações, ao mesmo tempo em que acentua “o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil”²⁶.

Logo, a reificação, que corresponde a esse processo de aparente racionalidade que objetifica os homens e suas relações sociais, pode servir para se pensar as particularidades da era digital, e de várias maneiras, como a expansão das redes sociais no espaço digital, que transforma uma relação virtual em algo tangível. Além disso, a replicação de corpos na forma de avatares, a monetização de conteúdo digital, como músicas e filmes, transforma algo intangível em um produto comercializável, sem que haja, portanto, a superação da pobreza manifesta no subconsumo pelo proletariado. Esses são exemplos da complexidade de um fenômeno social da nossa época, passível de ser lido pela ideia da reificação.

Diante desses novos determinantes do quadro conjuntural do capitalismo ainda em crise desde 2008, se discute a configuração do proletariado brasileiro, que, no período particular recente, experimentou os efeitos da dominação política na forma de alterações do código do trabalho ou da omissão do setor público diante da expansão das plataformas digitais nas relações de trabalho.

3 A EXISTÊNCIA EM SI DO PROLETARIADO BRASILEIRO DIANTE DA CRISE DO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI

A crise que se aprofunda a partir de 2020 com a pandemia da covid-19 é, de longe, o pior choque no mercado de trabalho já registrado na história do Brasil contemporâneo²⁷. Além disso, não

segue os efeitos esperados da crise “canônica” anteriormente citada²⁸. Os principais fatos estilizados dos mecanismos em funcionamento figuram na Tabela 1 (abaixo). No que se refere ao emprego, perderam-se 12 milhões de postos de trabalho entre o 4º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020, ou seja, 13% dos 95 milhões de postos de trabalho anteriores à crise²⁹. Pela primeira vez, a taxa de emprego ficou abaixo dos 50%. Essa destruição maciça de postos de trabalho não é específica do Brasil; verifica-se em todos os países afetados pela pandemia e mesmo antes, com a crise global do capitalismo a partir de 2008, mas os efeitos se acentuam na nossa realidade periférica (OIT, 2021).

A título de comparação, entre 2014 e 2016, quando o PIB caiu 8% (contra 4% em 2020), “apenas” 1,2 milhões de empregos foram perdidos. Quanto à crise financeira de 2008 (ligeiro decréscimo de 0,1% do PIB), o emprego continuou a crescer, mas em ritmo mais lento: mais 500 mil postos de trabalho. Dito de outro modo, a elasticidade do emprego em relação ao PIB não tem relação de uma crise para a outra, o que nos faz questionar o sentido das abordagens que estimam os efeitos médios de fenômenos *a priori* incomensuráveis. Contrariamente ao que se esperava, essa queda do emprego diz respeito, sobretudo, ao emprego informal, que caiu 18% em termos absolutos (contra “apenas” 9% para o emprego formal), o que levou a uma queda de 2,4% da taxa de informalidade (de 41,7% para 39,3%, depois de ter caído para 38,2% no segundo trimestre — a taxa mais baixa jamais registrada no Brasil). A destruição de postos de trabalho foi apenas parcialmente convertida em desemprego.

Tabela 1 – Estrutura e evolução do mercado de trabalho brasileiro nas crises do século XXI

Grupos	2019–2020				2014–2016				2008–2009			
	Número (milhões)			%	Número (milhões)			%	Número (milhões)			%
	2019	2020	Dif.	Dif.	2014	2016	Dif.	Dif.	2008	2009	Dif.	Dif.
PEA (População economicamente ativa – 14 anos ou mais)	171,6	175,1	3,5	2,1%	161,1	165,7	4,6	2,9%	148,0	150,6	2,6	1,7%
Ativos	106,2	96,6	-9,6	-9,1%	98,7	102,5	3,8	3,8%	99,5	101,3	1,8	1,8%
Pessoas empregadas	94,6	82,5	-12,1	-12,8%	91,8	90,7	-1,2	-1,3%	92,4	92,9	0,4	0,5%
Formal	55,1	50,0	-5,1	-9,2%	55,9	55,2	-0,6	-1,1%	45,6	47,0	1,4	3,0%
Informal	39,4	32,4	-7,0	-17,7%	36,0	35,4	-0,5	-1,5%	46,8	45,9	-0,9	-2,0%
Taxa de informalidade	41,7%	39,3%	-2,4 p.p.	-5,7%	39,2%	39,1%	-0,1 p.p.	-0,2%	50,6%	49,4%	-1,2 p.p.	-2,5%
Desempregados	11,6	14,1	2,5	21,5%	6,8	11,8	5,0	72,6%	7,1	8,4	1,3	18,8%
Taxa de desemprego	0,1	0,1	+3,6 p.p.	32,7%	6,9%	11,5%	+4,6 p.p.	66,2%	7,1%	8,3%	+1,2 p.p.	16,7%
Inativos	65,4	78,6	13,2	20,1%	55,6	54,3	-1,3	-2,4%	48,5	49,3	0,8	1,6%
Desalentados	10,8	17,1	6,3	57,9%	6,8	9,0	2,2	31,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: IBGE, PNAD 2019–2020; 2014–2016, 2008–2009; cálculos próprios.

UBERIZAÇÃO, REIFICAÇÃO DA POBREZA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Com 2,5 milhões de desempregados adicionais, a taxa de desemprego subiu de 11,6% para 14,1%, uma fração ínfima dos empregos perdidos (20%). De fato, a maior parte do choque foi absorvida por uma retirada maciça do mercado de trabalho. O número de pessoas inativas — o proletariado estagnante — aumentou 13 milhões, valor sem precedentes, em menos de um ano. Enquanto o número de pessoas inativas aumentou aproximadamente no mesmo ritmo que o desemprego (+20%), o número de trabalhadores desalentados mas que querem trabalhar mesmo que já não estejam à procura de emprego aumentou em mais de 68%.

A proletarização, além dos efeitos significativos na composição do conjunto do proletariado, repercute, no nível da aparência objetiva, a perda de segurança no emprego, a diminuição da renda e a falta de acesso a benefícios e ao sistema de proteção social. Vista de cima, a dinâmica da crise agravada pela pandemia de covid-19 exprimiu uma queda das taxas de emprego, principalmente informal e um aumento contido do desemprego. Classicamente, entre 2014 e 2016, tal como entre 2008 e 2009, o número de desempregados aumentou (+66% e +17%, respectivamente). Essas mudanças na relação emprego e desemprego refletem-se mecanicamente na inatividade. O número total de pessoas inativas, latentes, diminuiu entre 2014 e 2016; mas dessa vez, tal como em 2020, o número de trabalhadores desencorajados, estagnantes, aumentou em 32%. Infelizmente, a falta de dados não nos permite medir a dinâmica dos trabalhadores desencorajados no intervalo 2008–2009. A única coisa que pode ser apreciada é o número de trabalhadores inativos, que aumenta para uma taxa ligeiramente inferior à do número de trabalhadores ativos.

Por outro lado, esse quadro repercutirá na manutenção da situação de pobreza no Brasil; segundo dados publicados em 2021³⁰, por exemplo, a pobreza monetária, era a realidade de uma fração significativa do proletariado (49% da superpopulação relativa no sentido de Marx); desses, 14,6%, aproximadamente 31,0 milhões de proletários viviam com o valor de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo *per capita* mensal (R\$ 275,00) e 34,4%, aproximadamente 73,1 milhões de proletários em situação de estagnantes, com até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* (cerca de R\$ 550,00) — dados pertinentes diante o quadro do mercado informal em franca expansão no país.

Paralelamente à dinâmica do espírito neoliberal do “seja empresário de si mesmo” objetivado no crescimento do mercado informal, as soluções estatais neoliberais em termos de políticas públicas de natureza econômica, realizadas na forma de programas de transferência de renda foram “responsáveis por mais de 60% do rendimento domiciliar *per capita* dos extremamente pobres e de 19,3% dos pobres”³¹, o que sinaliza que a política social se avoluma diante da impossibilidade de o proletariado em sua diversidade ter atendidas suas necessidades sociais básicas, seja pela conquista do essencial conforme as suas necessidades, seja pelo emprego da sua força de trabalho com base nas suas capacidades — o acesso ao trabalho humanamente digno.

As métricas formais também informam que, no “período mais longo, entre 2012 e 2021, a queda do rendimento domiciliar per capita médio foi de 4,5% e, novamente, foi a população na classe dos 10% mais pobres que mais perdeu, 31,3%”, enfileirando-se nas linhas de pobreza monetária estabelecidas como critérios para os repasses de compensações monetárias. Aliás, esse tipo de concerto corresponde a um tipo de “auxílio dirigido a “populações específicas” (“pessoas com deficiência”, “aposentadorias mínimas”, “idosos”, “mães solteiras” etc.), para não criar dependência, deve ser acompanhado de esforço pessoal e trabalho efetivo.”³²

De modo geral, a análise dos dados sobre o mercado de trabalho sinaliza que o emprego diminuiu para todas as categorias, sejam elas formais ou informais; mas é em meio a esse último grupo que se verifica uma queda maior. A taxa de informalidade está a diminuir em todos os grupos. Em segundo lugar, a crise é profundamente desigual. Por exemplo, enquanto o número total de empregos formais e informais diminuiu 9% e 18%, respectivamente, a queda foi de 21% e 25% para os jovens (14–25 anos), 18% e 28% para os afrodescendentes e 18% e 23% para aqueles que não tinham ido além da escola primária. Em comparação, os que frequentaram a universidade viram o emprego informal diminuir apenas 6% e o emprego formal aumentar 1%. Por último, essas mesmas categorias política e socialmente desfavorecidas são mais frequentemente escanteadas no mercado de trabalho (trabalhadores desencorajados — proletários estagnantes), com uma queda maciça do emprego, quer formal, quer informal, enquanto, entre o proletariado ativo e flutuante, em melhores posições no mercado de trabalho, se registra uma menor perda de emprego, mas um maior aumento do desemprego.

Relativamente à crise intensificada pela covid-19, todos os resultados anteriores são confirmados. Os trabalhadores por conta própria informais estão a diminuir tanto quanto os trabalhadores formais, enquanto a tese “canônica” da crise prevê que as fileiras da informalidade aumentarão. No entanto, esse mecanismo é marginal e não é de modo algum suscetível de absorver a perda de emprego assalariado formal. Um ponto importante a assinalar é o forte crescimento dos trabalhadores formais por conta própria (microempreendedores individuais), uma evolução que, mais uma vez, contradiz as previsões da crise “canônica”.

Do ponto de vista dos padrões de exploração, os ajustes em crises anteriores foram diferentes. Em 2014–2016, embora o número total de horas trabalhadas também tenha diminuído (uma combinação de perdas de emprego e da redução da jornada de trabalho daqueles que mantiveram os seus empregos), a massa de rendimentos reais continuou a aumentar (+4%), devido a um crescimento significativo da remuneração horária real média dos trabalhadores pela política de valorização do salário-mínimo (+7%). Finalmente, em 2008–2009, a massa salarial também aumentou, tal como a remuneração mensal (+2%). Por último, no momento da crise agravada pela covid-19, a política salarial

resultou numa diminuição dos salários reais. Durante as crises anteriores, os salários reais sofreram reajustes: mais fortemente para os empregos formais do que para os empregos informais, cujos rendimentos estagnaram.

Neste artigo, analisamos os ajustes do mercado de trabalho brasileiro durante um longo tempo, especialmente durante períodos de crise macroeconômica, que neste caso ocupam quase metade dos últimos anos e resultam em três “décadas perdidas”. Uma primeira lição que se pode tirar é a grande “resiliência” do mercado de trabalho brasileiro, cujas estruturas se deformam muito lentamente apesar desse contexto excepcionalmente volátil. Um dos nossos principais objetivos era pôr à prova as diferentes teorias da informalidade e, em particular, a hipótese do papel anticíclico que lhe é atribuído pela tese dualista. As duas abordagens aqui adotadas convergem para mostrar os principais mecanismos em jogo.

Hoje, os principais mecanismos de ajuste são a precarização dos empregos formais, o desemprego e a flexibilização das taxas de atividade. No caso brasileiro, a principal transformação ocorreu nos anos do PT, com uma melhoria geral da renda e das condições de trabalho, mas com um importante processo de formalização do emprego, que a recessão e a estagnação dos anos seguintes não conseguiram apagar.

4 A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: o fenômeno da “uberização” do setor de serviços sob a ótica do proletariado

Dados de pesquisas recentes realizadas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP³³), patrocinada pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec³⁴), expõem a realidade do trabalho do proletariado ativo mediado pelas plataformas digitais, para a ocupação de parte do seu tempo, estando em sua maioria sem vínculo legal com o mercado trabalho.

De imediato, exprimem o perfil desse proletariado, que atua, por exemplo, como entregadores de mercadorias diversas dada a mediação dos aplicativos funcionais no Brasil hoje. No que diz respeito ao gênero, o grupo dos que operam com entregas através de aplicativos é bastante homogêneo: no Brasil, a maioria é do sexo masculino — 97%³⁵, tendência observada também em São Luís — 91,4%³⁶. Hipoteticamente, esse quadro pode exprimir o fato de que determinadas ocupações tendem a apresentar uma frequência maior de um determinado gênero — em função de papéis sociais de gênero ou de características típicas exigidas para algumas atividades (força, resistência física etc.).

Por outro lado, no caso dos entregadores, o peso das encomendas e a violência enfrentada nas ruas — duas das reclamações mais comuns relatadas pelos entrevistados pela

pesquisa conduzida por uma equipe do GERME — podem ser fatores decisivos para afastar as mulheres desse tipo de atividade.

Quando se define as variáveis raça, cor e etnia, no Brasil, 51% se definem como pardos e apenas 1% se identifica como indígena³⁷. Já em São Luís, mais da metade dos entregadores entrevistados, 57,55%, se definem como pardos, 25,90% dizem que são pretos, 15,11% afirmam ser brancos e apenas 1,44% se identificam como indígenas³⁸. É observada, portanto, uma tendência nacional quanto ao perfil étnico-racial do proletariado latente explorado pelas grandes plataformas digitais. No entanto, diferente da pesquisa local, em nível nacional 29% declararam-se brancos e, apenas, 17% se autodeclararam pretos³⁹.

Quanto à faixa etária dos proletários em atividades mediadas pelas plataformas digitais, o perfil nacional apontado pela pesquisa CEBRAP (2023) é de um proletariado jovem — 77% possuem entre 20 e 39 anos de idade; apenas 1% tem até 19 anos, 18% têm entre 40 e 49 anos e 4% possuem mais de 50 anos. Essa também é a realidade de São Luís (SOARES *et al.*, 2023), em que a maior parte deles, 62,50%, possui entre 24 e 34 anos de idade; 19,85% dos entregadores afirmou ter entre 19 e 23 anos; 17,65% disseram ter mais de 35 anos.

Essa tendência de um proletariado jovem sem oportunidades no mercado de trabalho formal é tanto mundial (segundo dados da OIT⁴⁰, o emprego da população jovem caiu 8,7% em 2020, em comparação com 3,7% para a população adulta) quanto nacional. No caso brasileiro, dados do IBGE revelam que, no primeiro trimestre de 2022, dois em cada dez jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos não conseguiam emprego. A taxa de desocupação para esse grupo foi o dobro da média, com remuneração média de R\$ 1.452 reais por mês, praticamente metade da renda média do brasileiro⁴¹, o que tem levado essa fração proletária ao trabalho informal.

Em relação ao grau de escolaridade, dados da pesquisa no Brasil⁴² revelaram que 59% possuem o ensino médio completo, e 9% completaram o ensino superior. Apenas 20% declararam ter o ensino fundamental completo e 11% o ensino fundamental incompleto. Constatou-se em São Luís que 67,63% dos trabalhadores possuíam o ensino médio completo. Entre os demais, 11,51% disseram possuir ensino médio incompleto, outros 10,07% atestaram possuir ensino superior incompleto e, por fim, 5,76% indicaram ter ensino superior completo. Apenas 3,6% disseram ter o ensino fundamental completo e 1,44% afirmaram possuir somente o ensino fundamental incompleto⁴³. Esses últimos dados exemplificam a racionalidade do sistema neoliberal em que “algumas atividades foram reinterpretadas como meios de proteção pessoal. É o caso, por exemplo, da educação e da formação profissional, vistas como escudos que protegem do desemprego”⁴⁴; a busca individual pela qualificação só permite explorar a empregabilidade, ao invés da garantia sistêmica do pleno emprego.

UBERIZAÇÃO, REIFICAÇÃO DA POBREZA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Por outro lado, quando verificadas as condições do trabalho via plataformas digitais dos proletários no Brasil,

Quase 70% deles tinham alguma atividade econômica antes de iniciar o trabalho com os aplicativos, e 45% mantiveram essa atividade no momento que iniciaram a atividade com os *apps*. Além disso, mais de 20% abandonaram a atividade anterior para se dedicar exclusivamente aos aplicativos. Pouco mais de 30% estavam desempregados (CEBRAP, 2023, p. 56).

A pesquisa do CEBRAP (2023) revela ainda que, no Nordeste, o número de desempregados, antes de dar início à atividade de entrega via *apps*, era maior que a média nacional (cerca de 40%). O fato de que, no Brasil, 45% dos que possuíam uma atividade anterior continuaram com ela após iniciar a operação com os aplicativos sugere que, para esses, as entregas são um complemento à sua fonte de renda principal. Na realidade de São Luís, capital do Estado com o pior IDH do Brasil⁴⁵ (Maranhão), dados da pesquisa realizada pelo Germe (UFMA) informam que 59,71% dos proletários não trabalhavam com entregas antes de aderirem à dinâmica das plataformas via aplicativos para a prestação de serviços.

Quanto ao aplicativo mais utilizado por essa fração do proletariado para realizar o seu trabalho, em São Luís⁴⁶ observou-se uma predominância (79,86%) do aplicativo iFood. Muitos outros aplicativos foram mencionados pelos proletários questionados, mas foi possível observar uma adesão dos mais populares (iFood, Uber Eats). Alguns dos chamados “entregadores” também afirmaram utilizar mais de um aplicativo no seu dia a dia, e parcela significativa deles, 25,89%, informou utilizar o WhatsApp para o contato direto com o estabelecimento (o que revela a intenção de estabelecer alternativas ao controle do gerenciamento da atividade exercida por aplicativos como o iFood).

Outra dimensão para qualificar o trabalho exercido hoje a partir da demanda social no espaço digital se refere a jornada de trabalho. Em nível nacional, a pesquisa do CEBRAP (2023, p. 68) constatou que:

[...] tanto os dias trabalhados por semana quanto as horas dedicadas aos aplicativos tendem a variar demais. Quando solicitados a dar uma nota de 1 a 5 (onde 1 significa que não varia nada e 5 significa que varia muito) tanto sobre o volume de dias por semana no qual se logou nos aplicativos quanto no volume de horas dedicadas, mais da metade disse variar com frequência tanto os dias por semana quanto as horas logadas por dia (dando notas 4 ou 5). Além disso, menos de 30% afirmou ter uma rotina de engajamento com o aplicativo dando notas mais baixas para essas questões (1 e 2).

Em São Luís, quando perguntados sobre a duração da sua jornada de trabalho, a maior parte (52,52%) dos entregadores afirmou trabalhar sete dias por semana. Outra parcela significativa (28,06%) informou trabalhar seis dias por semana. Para 10,79% deles, são necessários trabalhar cinco dias por semana e, apenas, 8,64% declarou trabalhar quatro (5,04%) ou três (3,60%) dias por semana⁴⁷. Quanto ao número de horas que trabalham por dia, os resultados também revelam uma

jornada intensa. Um total de 10,79% dos entregadores questionados disse trabalhar mais de 13 horas por dia. A maioria (51,08%) deles trabalha entre oito e 12 horas por dia; 23,74% afirmaram fazer jornadas de seis a oito horas por dia. 12,23% dos entregadores informaram trabalhar de quatro a seis horas por dia e, apenas, 2,16% trabalham menos de quatro horas por dia⁴⁸.

No tocante à renda que obtêm a partir desse trabalho, questionou-se se a atividade de entregas via aplicativo era a única fonte de renda desses trabalhadores. Do universo pesquisado, 75,54% deles afirmaram que sim e só 24,46% informaram que não⁴⁹. Quando indagados sobre quanto faturam em média mensalmente com a atividade das entregas em São Luís, apenas 14,39% deles declaram rendimento de até dois e meio salários-mínimos. Uma outra parcela equivalente a 28,06% do total dos entregadores assegurou ter rendimento de até um e meio salário-mínimo por mês. Um grupo maior, 44,6%, afirmou receber entre um até dois salários-mínimos por mês. Para 12,23%, o rendimento máximo tem sido de um pouco menos de um salário-mínimo pelo trabalho executado; e 0,72% dos entregadores não souberam informar quanto ganham. Convém lembrar que gastos com combustível e manutenção dos veículos são de responsabilidade dos entregadores e geralmente são subtraídos desse rendimento.

Nacionalmente, quanto à perspectiva de realização de um trabalho de outro tipo, dados da pesquisa do CEBRAP o fizeram afirmar que

[...] os entregadores não estão em busca de outro trabalho, e quase 80% deles quer continuar trabalhando com as plataformas em momentos futuros. Esta resposta pode estar associada ao caráter flexível do trabalho com os *apps*, uma vez que boa parte deles já têm outra ocupação e a plataforma é um trabalho adicional que pode ser mobilizado a qualquer momento (2021, p. 62).

Em São Luís, para se entender o que os entregadores pensam da atividade que executam, questionou-se 1) como ele se vê; e 2) se essa atividade que executa seria temporária ou permanente⁵⁰. A maioria, 74,10%, dos entregadores questionados se percebem como trabalhadores autônomos. Uma parcela significativa deles, 15,11%, acredita que são empregados e somente uma minoria, 4,32%, se vê como empreendedor. Outros 4,32% se definem como prestadores de serviços; 1,44% dos entregadores se definiram como sobreviventes, e achou-se importante incluir essa categoria nos resultados. Por fim, 0,72% deles não soube se definir em que pese à dinâmica contemporânea do mercado de trabalho.

Quando indagados se essa é uma atividade temporária ou permanente, a maioria, 72,66%, dos trabalhadores afirmou acreditar tratar-se de uma atividade temporária, enquanto aguardam uma colocação melhor. Apenas uma minoria, 27,34%, acredita que se trata de uma atividade permanente.

A busca por postos de trabalho com maior remuneração passa pela qualificação profissional. Na segunda etapa da pesquisa em São Luís, quando perguntados sobre a busca por

qualificação profissional, nenhum dos entrevistados relatou a realização de qualquer tipo de curso de aperfeiçoamento ou qualquer outra espécie de especialização direcionada à sua ocupação atual ou a outra ocupação que gostaria de ter. Apenas um entrevistado relatou ter o sonho de fazer um curso de gastronomia e, futuramente, abrir um estabelecimento próprio no bairro em que mora.

A despeito de não estarem efetuando esforços para melhorar sua qualificação profissional, 11 de 12 trabalhadores declararam que procuram trabalho em outro setor, de preferência, como afirma um deles, com carteira assinada, mas acreditam que essa é uma tarefa muito difícil. Apenas um dos entrevistados admitiu não buscar novas oportunidades por não acreditar na possibilidade de encontrar remuneração melhor em outro ramo de atividade.

O desalento que parece ter se abatido sobre alguns desses trabalhadores pode ser a chave para explicar sua baixa adesão à organização de movimentos de classe e a luta por melhores condições de trabalho. A pesquisa em São Luís constatou que dez de 12 entrevistados desconhecem e/ou não participam de qualquer tipo de associação em prol da melhoria das condições de trabalho da categoria à qual pertencem. Dois dos entrevistados afirmaram não pertencer a qualquer tipo de sindicato, mas já participaram de manifestações e paralizações organizadas para reivindicar melhorias para a categoria. Um deles reclamou da falta de adesão dos demais ao movimento e se mostrou descrente quanto à possibilidade de mobilização coletiva.

Na amostra ampliada dos pesquisados, os números relativos ao engajamento desses trabalhadores nos movimentos de classe são semelhantes. Em São Luís, dos 139 entrevistados, apenas 14 responderam sobre a participação em alguma associação, sindicato, cooperativa ou outra entidade de classe. Esse dado revela a dificuldade de uma organização desse grupo para a possibilidade de melhores condições de trabalho em sentido amplo. Com efeito, o proletariado em questão tem consciência da realidade de opressões que tornam complexo o trabalho mediado pelas plataformas digitais: desde a jornada extensiva de atividades, as dificuldades da atividade em si, além da remuneração que é variável conforme a capacidade individual de realizar mais em menos tempo. Por outro lado, as plataformas seguem controladas por grandes grupos econômicos, ou economicamente fortes, a exemplo do iFood no Brasil — o que redesenha o espaço da luta de classes, seja o concreto, seja o abstrato.

5 CONCLUSÃO

Apesar da reificação em que vivemos atualmente, em que parecemos completamente alheios a qualquer forma de mediação, é preciso que se reconheça que o presente não está objetivado, no sentido de estar unificado e identificado com uma realização bem-sucedida para o proletariado.

Devemos considerar o que ocorreu ao longo desta década, e reconhecer que os eventos contemporâneos surgem das contradições inerentes ao momento atual, em que pese os elementos reais de continuidade histórica.

Em suma, do ponto de vista lógico-racional, é importante reconhecer que as contradições e as desigualdades presentes agora resultam também de um sistema que explora o homem e promove o individualismo. O desafio que se interpõe se dá em torno da possibilidade de se escapar dessas formas reificadas e das abstrações burguesas que camuflam as opressões, no intuito da possibilidade de transformação da realidade, pelas distintas vias, de maneira social e humanamente justa.

Do ponto de vista da análise concreta, importa destacar a possibilidade, no nível da consciência do ser social, do sujeito coletivo abstraído no concreto pensado que é o proletariado escapar das reificações burocráticas e do economicismo, também do voluntarismo, enquanto desvios deliberadamente oportunistas, que tentam, respectivamente, influenciar ideologicamente o proletariado por dois tipos de atitudes. Sob a ótica lukacsiana, em primeiro, por uma que limita, e até freia, todo movimento realmente eficaz, socialmente universal; e o segundo, que aliena o proletariado da sua base ontológica legítima, da totalidade dinâmica do processo socioeconômico em seu conjunto⁵¹.

Hoje, por essa razão torna-se decisiva uma abordagem sociológica crítica, para além da simples percepção anunciada da exploração e da perpetuação das desigualdades na forma da pobreza, dessa tentativa sistêmica de atualização e do realinhamento de uma ordem neoliberal supostamente democrática que comportaria e integraria uma maior diversidade de Estados-nações para mitigar esse fenômeno, que é inerente ao sistema.

Disso se impõe ainda a necessária compreensão das nuances dessa ordem que configura, no nível do concreto imediato, um sistema arbitrário de poder e de violência, de perpetuação das desigualdades. Isso a fim de que haja uma crítica global e dialética do capitalismo, com vistas a superar os tradicionais projetos de redução da pobreza no curto prazo, da mesma forma, para ampliar o alcance crítico de uma concepção de mundo capaz de esclarecer as possibilidades que estão inscritas no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLOCH, Ernst. **Experimentum mundi**: question, catégories de l'élaboration, praxis. Paris: Payot, 1981. CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO – CEBRAP. **Mobilidade urbana e logística de entregas**: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos.

[Coordenação Victor Callil, Monise Fernandes Picanço]. 1. ed. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap, 2023.

CLING J.-P., Lagrée S., Razafindrakoto M. ; F. Roubaud (eds.). **The Informal Economy in Developing Countries**. London/New York: Routledge, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde**: essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2010. 498 p.

FARIAS, Flávio B. de. **Crise global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã Editora, 2015. 160 p.

GARO, Isabelle. **L'or des images: art – monnaie – capital**. Paris: Éditions La Ville Brûle, 2013. 272 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2023**. Brasília, 2024, Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3100/rdpc_2023.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION – ILO (OIT). **Monitor: COVID-19 and the world of work**. Seventh edition: Updated estimates and analysis, ILO, Geneva, 2021. Disponível em:
https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS_824092/lang--en/index.htm.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO (OIT). **World Employment and Social Outlook: Trends 2021**. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf.

KOUVÉLAKIS, Stathis. **La France en révolte**: luttes sociales et cycles politiques. Paris: Éditions Textuel, 2007. 320 p.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, 2018, pp. 77-104.

LUKÁCS, Georges. **Textes**. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1985. 410 p.

LUKÁCS Georges. **Histoire et conscience de classe**: essais de dialectique marxiste. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976. 424 p.

LUKÁCS, Georges. **Prolégomènes à l'ontologie de l'être social**. Paris: Delga, 2009. 416 p.

MARX, Karl. **Le capital**: critique de l'économie politique. Paris: Éditions Sociales, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lettres sur “Le capital”**. Paris: Éditions Sociales, 1972. 456 p.

RAZAFINDRAKOTO M., ROUBAUD F., SALUDJIAN A. Crises, labour market and informality in Brazil: the Covid-19 shock in the light of past dynamics. *Third World Quarterly*, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2023.2243834>.

ROUBAUD F. **La economía informal en México: de la esfera doméstica a la dinámica macroeconómica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SALGUES, Bruno. **Société 5.0**. Industry of the Future, Technologies, Methods and Tools. Londres: Iste Ed., 2018.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOARES, Danielle de Queiroz *et al.* (coord.). **Inovações tecnológicas e relações de trabalho: uma análise dos desafios impostos à formação de uma consciência de classe no capitalismo contemporâneo**. Relatório Final (Projeto de Pesquisa) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. (No Prelo).

SRNICEK, Nick. **Capitalisme de plateforme: l’hégémonie de l’économie numérique**. Trad. Philippe Blouin. Montréal: Lux Éditeur, 2018. 154 p.

THE CABINET OFFICE. Government of Japan. **Society 5.0**. 14 nov. 2022. Disponível em: https://www8.cao.go.jp/cstp/english/society5_0/index.html. Acesso em: 25 maio 2023.

TONELO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

UNITED NATIONS (ONU). **Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty**. New York, 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2022mpireportenpdf.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

Notas

¹ O termo capitalismo de plataforma se tornou popular depois que o professor e pesquisador de economia política e inteligência artificial, Nick Srnicek, publicou em 2014 o livro *Platform Capitalism*. Para o autor em questão, o que caracteriza essa nova fase da economia mundial é ser capitaneada pelas grandes empresas tecnológicas e por meio de um novo modelo de negócios — as plataformas, que atuam por meio da exploração econômica de dados. Slee (2017) destaca como o fenômeno da economia do compartilhamento é permeado de ideologias. O autor analisa a atuação de empresas no setor de economia do compartilhamento e desmistifica a propaganda que levou essas corporações a assumirem proporções gigantescas. Para Slee (2017), o sucesso dessas empresas decorre muito mais da garantia da flexibilização do vínculo trabalhista adotado por elas do que das inovações que trazem.

² “A sociedade 5.0 é uma iniciativa do governo e do setor privado japonês, é um conceito similar a indústria 4.0, mas a diferença é que é muito mais centrada no ser humano, ao invés do movimento tecnológico” (ISHIKURA, 2019). Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/yoko-ishikura-nos-precisamos-de-uma-completa-nova-definicao-de-trabalho/>.

³ Ver Recomendação da OIT n.º 204.

⁴ ONU, 2022.

UBERIZAÇÃO, REIFICAÇÃO DA POBREZA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

⁵ Roubaud, 1994; Cling *et al.*, 2014.

⁶ PNAD e PNAD-C: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD Contínua desde 2012, pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): registros do Ministério do Trabalho de todos os empregados formais e empregadores. O CAGED registra os fluxos (entradas/saídas) e a RAIS registra os estoques.

⁷ Essa abordagem permite tentar (com todas as imperfeições possíveis dada a magnitude da tarefa) superar duas armadilhas: I) estudos que se concentram apenas em microdados e apresentam os resultados de inquéritos sem os enquadrar nas suas dimensões econômicas, políticas, contextos sociais ou institucionais, e II) estudos que visam ter uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico a longo prazo, mas sem serem capazes de mobilizar dados para esclarecer esta perspectiva.

⁸ Soares *et al.*, p. 2023.

⁹ Originalmente publicadas em 1867; 1885; 1894.

¹⁰ Marx, 1976, p. 69.

¹¹ Bloch, 1981, p. 242.

¹² Marx; Engels, 1972.

¹³ Lukács, 2009, p. 181.

¹⁴ Marx, 1976, v. 3, p. 751.

¹⁵ Marx, 1976, v. 3, p. 751.

¹⁶ Farias, 2015, p. 131.

¹⁷ Lei n.º 13.467/2017, que altera 201 pontos da CLT, e Lei n.º 13.429/2017, que liberaliza a terceirização e prorroga o contrato temporário (Krein, 2018).

¹⁸ Krein (2018) detalha o pacote de medidas.

¹⁹ Partidos políticos sem uma linha política clara e dispostos a vender o seu apoio político a quem oferecer mais.

²⁰ Contratos temporários, de meio período, intermitentes, de 270 dias anuais, e “contratos disfarçados” com condição de autônomo sem ter direitos CLT, mesmo em caso de empregador único e trabalho contínuo.

²¹ *Pejotização* (PJ-ização) em referência ao CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e não como Pessoa Física (CPF).

²² Frase pronunciada por J. Bolsonaro durante entrevista de rádio, em 2018: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-jovem-pan/bolsonaro-sobre-futuro-trabalhista-menos-direito-e-emprego-ou-todos-os-direitos-e-desemprego.html>. Bolsonaro mobilizou a sua equipe econômica para limitar as atividades dos sindicatos (tornando mais difícil a cobrança de quotas aos sindicalistas) e ameaçando vincular greves e manifestações a atividades ilegais. Ver: <https://www.democracybrazil.org/policy-paper-on-brazil>.

²³ Garo, 2009, p. 16.

²⁴ Lukács, 1985, p. 144.

²⁵ *Idem*, 1976, p. 114.

²⁶ *Id.*, 1985, p. 150.

²⁷ A crise de 2014–2016 é tratada como a maior crise já vivida pelo Brasil, assim como a crise de 2008–2009 em escala internacional (desde a crise de 1930). Cf. “A devastação do trabalho” (ANDRADE OLIVEIRA; POCHMANN, 2020).

²⁸ Recorde-se, para que conste e apesar das racionalizações *ex-post*, que nenhuma análise do início da pandemia, antes dos dados empíricos estarem disponíveis, tinha antecipado não somente a dimensão mas, sobretudo, os mecanismos de ajustamento observados.

²⁹ O número de empregos perdidos é, de fato, maior, uma vez que é necessário considerar os que teriam sido criados em tempos normais (mantendo as taxas de emprego).

³⁰ IBGE, 2022, p. 61.

³¹ IBGE, 2022, p. 61.

³² Dardot; Laval, 2010, p. 226.

³³ O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi fundado em 1969 por um grupo multidisciplinar de professores afastados da universidade pela ditadura militar. Hoje o CEBRAP é um centro de pesquisa globalizado, com cerca de 40 pesquisadores permanentes e 80 associados (CEBRAP, 2023, p. 3).

³⁴ A Amobitec – Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia reúne empresas líderes no desenvolvimento e na utilização de soluções tecnológicas inovadoras de mobilidade urbana, com atuação em serviços de transporte individual e de entregas e no transporte rodoviário de passageiros, por meio de plataformas de intermediação de viagens de ônibus (CEBRAP, 2023, p. 3).

³⁵ CEBRAP, 2023.

³⁶ Soares *et al.*, 2023.

³⁷ CEBRAP, 2023.

³⁸ Soares *et al.*, 2023.

³⁹ Para entender essa diferença, é preciso levar em conta o modo como as informações são coletadas em cada pesquisa, além do fato de que se trata de uma autodeclaração; logo, os resultados também poderão variar em função da maneira como o público-alvo se percebe em seus contextos culturais e sociais.

⁴⁰ OIT, 2021.

⁴¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), em 2023, o rendimento nominal mensal médio nos lares brasileiros foi de R\$ 1.893 reais. Em 2022, a média *per capita* era de R\$ 1.625 reais. O Distrito Federal tem a maior renda nominal mensal domiciliar *per capita* do país — R\$ 3.357,00 reais; no Maranhão, estado com a renda por morador mais baixa, a média é de apenas R\$ 945,00 reais. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3100/rdpc_2023.pdf.

⁴² CEBRAP, 2023.

⁴³ Soares *et al.*, 2023.

⁴⁴ Dardot; Laval, 2016, p. 209.

⁴⁵ O IDH do Maranhão, segundo o IBGE (2021), é o mais baixo dos 27 entes federados: 0,676; o mais alto, 0,814, é do Distrito Federal. O *ranking* está disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3100/rdpc_2023.pdf.

⁴⁶ Soares *et al.*, 2023.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibid*.

⁴⁹ Esse número se revelou mais alto do que o encontrado pela pesquisa do CEBRAP (2023), que aponta uma média de 52% em nível nacional e 55% no Nordeste de trabalhadores cuja atividade remunerada é unicamente essa prestação de serviço de entrega de mercadorias (SOARES *et al.*, 2023).

UBERIZAÇÃO, REIFICAÇÃO DA POBREZA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ Lukács, 2009, p. 208.